

O imaginário da resistência brasileira à ditadura militar em *O Globo*: agitações importadas e agitadores profissionais marcam junho de 1968¹²

Luana Chinazzo MÜLLER³

Doutoranda

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS

Resumo

O presente artigo objetiva desvelar o imaginário da resistência brasileira à ditadura militar em 1968 no jornal impresso *O Globo*. Para isso, utiliza uma proposta metodológica própria para a análise de tecnologias do imaginário, chamada de narrativas do vivido. A pesquisa é feita a partir do entranhamento na cobertura das manifestações estudantis de junho de 1968. Os resultados mostram que a narrativa do veículo de comunicação marginaliza a resistência e nega o protagonismo dos jovens envolvidos. Os protestos são chamados de agitações e teriam sido organizados pelos comunistas para levarem o país ao caos. Os manifestantes eram subversivos ou agitadores profissionais, não estudantes.

Palavras-chave: História da Mídia Impressa; *O Globo*; Imaginário; Resistência; Ditadura Militar.

Introdução

Se tem uma palavra que define o imaginário em torno de 1968 é “resistência”. O ano foi protagonizado por jovens que, ao redor do mundo, levantaram suas vozes e se organizaram para resistir a qualquer tipo de autoritarismo, seja nas escolas e universidades, na política ou nos lares. O período foi, sobretudo, marcado por rupturas e efervescência, foi tempo de contestar processos sociais e questionar tabus. Há 53 anos, discute-se exaustivamente os levantes estudantis na França, nos Estados Unidos, no México e na extinta Tchecoslováquia, mas muito menos é falado sobre o que viviam os estudantes no Brasil. Aqui, 1968 também foi marcado por manifestações juvenis, movimentos que foram violentamente reprimidos pela polícia que servia ao governo militar ditatorial em vigência. Este artigo, que é parte de uma pesquisa maior que deu origem à dissertação *Conjuntura política brasileira em 1968: o real e o imaginário na narrativa jornalística de O Globo* (MÜLLER, 2019), visa resgatar

¹ Trabalho apresentado no GT História da Mídia Impressa, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

² Este artigo apresenta parte dos resultados da dissertação *Conjuntura política brasileira em 1968: o real e o imaginário na narrativa jornalística de O Globo* (MÜLLER, 2019) orientada pelo prof. Dr. Juremira Machado da Silva.

³ Doutoranda na linha de pesquisa Cultura e tecnologias das imagens e dos imaginários do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGCom – PUCRS). Mestra em Comunicação Social pela PUCRS e jornalista formada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista Capes. E-mail: luachinazzo@gmail.com

essa memória a partir do conteúdo publicado em um dos veículos impressos de maior tiragem naquele tempo e ainda hoje, o jornal *O Globo*.

Os conflitos entre os estudantes e a força policial que durariam todo o ano de 1968 no Brasil, iniciaram em 28 de março com o assassinato de Edson Luís de Lima Souto por policiais militares durante a repressão das autoridades a um protesto que demandava melhores estruturas para o Calabouço, um restaurante universitário no Rio de Janeiro. O local, que servia refeições populares a jovens principalmente de origem interiorana, era considerado um ponto de encontro de “agitadores” pela polícia. No enfrentamento, um aspirante da Polícia Militar (PM) revidou as pedras dos jovens com um tiro que acertou o peito de Edson Luís. O rapaz de 17 anos era secundarista, migrara do norte do país e frequentava o Calabouço por causa de sua pobreza, e não por posições políticas (VENTURA, 2013; GASPARI, 2014).

Esse episódio foi seguido por diversos acontecimentos políticos e sociais que tiveram ampla cobertura midiática e mergulharam o país em estado constante de tensão entre o governo federal e a sociedade civil, e que culminaram na promulgação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), em dezembro do mesmo ano. O decreto, que ficou em vigência por 10 anos, deu início aos chamados “anos de chumbo” da ditadura militar ao suspender os *habeas corpus* em crimes políticos, implantar a censura prévia e cassar direitos políticos e cargos públicos (BRASIL, 1968). Entre a morte de Edson Luís e o AI-5, o mês de junho centralizou eventos que marcaram a polarização política e mostraram que grande parte da população não concordava com a violência característica do regime, como a Passeata dos Cem Mil, uma manifestação organizada pelo movimento estudantil no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Este artigo foca nos acontecimentos desse mês de junho de 1968 e objetiva desvelar o imaginário da resistência à ditadura militar na narrativa de *O Globo*. Para isso, utilizamos as *narrativas do vivido* (SILVA, 2003; 2010) como método de análise da atuação das tecnologias na produção de imaginários a partir de três passos: *estranhamento* do outro; *entranhamento* no outro; e *retorno* a si mesmo. A metodologia tem como influência a sociologia compreensiva, que propõe a compreensão como modo fundamental de apreensão de situações que impliquem subjetividade e afetividade e pressupõe “um conhecimento empático/simpático (Einführung) das atitudes, sentimentos, intenções, finalidades dos outros” (MORIN, 1999, p. 175). Assim, mergulhamos em todas as edições do jornal *O Globo* publicadas em junho de 1968, assumindo o papel de narrador do vivido, para responder à questão: qual ou quais imaginários são associados às manifestações políticas realizadas em junho de 1968 e seus participantes?

***O Globo* como uma tecnologia do imaginário**

Os conceitos estão em constantes disputas e atualizações, e com o imaginário não é diferente. Muitas vezes marginalizado pela ciência que prioriza teorias cartesianas e resultados objetivos, o termo é igualmente pouco compreendido fora da academia, mesmo que seja bastante utilizado na mídia ou em conversa cotidianas, as vezes como sinônimo de “imaginação” ou como antônimo de “real”. A noção de *imaginário* que nos interessa parte de uma perspectiva sociológica, pois transcende o indivíduo e se materializa naquilo que é compartilhado socialmente. Segundo Michel Maffesoli (2011, p. 80), o imaginário é uma energia comum, pois “[...] é determinado pela ideia de fazer parte de algo”. Juremir Machado da Silva (2003, p. 12) descreve, dentre outras formas, como uma “distorção involuntária do vivido que se cristaliza como marca individual ou grupal”.

Apesar das semelhanças, não é o mesmo que cultura, esta que pode ser percebida de maneira concreta, como por meio de costumes, obras e modelos de organização social, e não é sinônimo de ideologia, que é principalmente baseada em escolhas racionais. O imaginário é como a aura da obra de arte, da qual fala Walter Benjamin, ou seja, uma força espiritual que não pode ser completamente racionalizada ou controlada. O imaginário garante a existência das sociedades e do próprio homem. É partilha de afeto, sensações, sentido, lembranças, é também o lúdico, a fantasia. (MAFFESOLI, 2011; SILVA, 2003). Para Silva (2003, p. 64), o imaginário pode ser e é muitas coisas, por isso ele chame de *termo horizonte*: “[...] sinaliza uma referência que funciona como norte mesmo que não possa ser considerada uma bússola”.

Embora não possa ser imposto e controlado, o imaginário não surge do nada, ele é dinamizado por meio de dispositivos que produzem e distribuem mitos, visões de mundo e estilos de vida, o quais Silva (2003) nomeia de *tecnologias do imaginário* (TIM). Os mídia são TIM, pois transcendem seu caráter informativo, povoando o universo mental. As TIM também podem se apresentar como técnicas (jornalismo) ou como expressões (narrativa factual). Não se trata de manipulação ou controle, mas sedução e adesão (SILVA, 2003).

Nesta pesquisa, olhamos para *O Globo* como uma tecnologia do imaginário para descrever a atuação da narrativa jornalística analisada na produção de imaginários. Ao buscarmos desvelar o encoberto no conteúdo do impresso sobre os movimentos de resistência à ditadura, não podemos ignorar que o jornal – lançado por Irineu Marinho em 29 de julho de 1925 no Rio de Janeiro – apoiou o golpe de 1964 e que o Grupo Globo ao qual pertence

tem sua história de ascensão estreitamente ligada aos governos militares dos anos 1960 e 1970 (HERZ, 1991).

Narrativas do vivido em junho de 1968

Nosso objetivo de pesquisa é revelar o imaginário presente na narrativa factual do jornalismo. Sendo o imaginário uma aura, para captá-lo precisamos de uma metodologia que nos permita identificar as camadas de imaginário no real, a tirar o véu e mostrar o que não pode ser visto na superfície. As narrativas do vivido, método proposto por Silva (2003; 2010) considera a pesquisa como um meio de recobrimento do objeto estudado, uma busca por revelar o que a familiaridade esconde. A metodologia pressupõe uma abordagem compreensiva por parte do pesquisador, que deve se preocupar em deixar o social falar ao invés de tentar explicá-lo ou apresentar soluções. A sociologia compreensiva, sistematizada por Max Weber, adverte que não se reduza os fenômenos considerando apenas dados racionalmente explicáveis.

A narrativa do vivido deve partir de um estranhamento do narrador com o que descreve. É necessário trocar de lente, deixar de lado os seus pré-conceitos, sair de seu lugar. O choque perceptivo provoca o pesquisador a querer desvelar o objeto de análise, a mergulhar em seu mundo, colocar-se no lugar dele, descrevê-lo, compreendê-lo. Este segundo momento é o entranhamento. A narrativa surge da dialógica estranhamento/entranhamento. Por fim, no desentranhamento, é preciso narrar o des(en)coberto. O método dá autonomia ao pesquisador, o liberta de amarras, mas não de explicitar as técnicas de pesquisa empregadas. Os procedimentos devem ser transparentes e a apresentação argumentativa das informações rigorosa (SILVA, 2003; 2010).

A presente pesquisa é um recorte de um entranhamento na conjuntura política de 1968 realizada a partir da leitura atenta de todas as edições de *O Globo* publicadas naquele ano e da reconstrução da narrativa de forma cronológica com começo (morte de Edson Luís), desenvolvimento (eventos que se seguiram) e fim (promulgação do AI-5). Enquanto as pessoas iam às ruas e os trabalhadores estavam em greve na prolongação do Maio de 1968 na França, a situação não era muito mais calma no Brasil. Em junho, as manifestações iniciadas no fim de março continuavam e o país estava mergulhado em uma crise na educação com ataques simbólicos, econômicos e físicos às universidades e suas comunidades. No Rio de Janeiro, a situação era crítica: no dia 4 de junho, um estudante foi ferido à bala em repressão policial, sendo internado em estado grave, e no dia seguinte mais de 15 mil

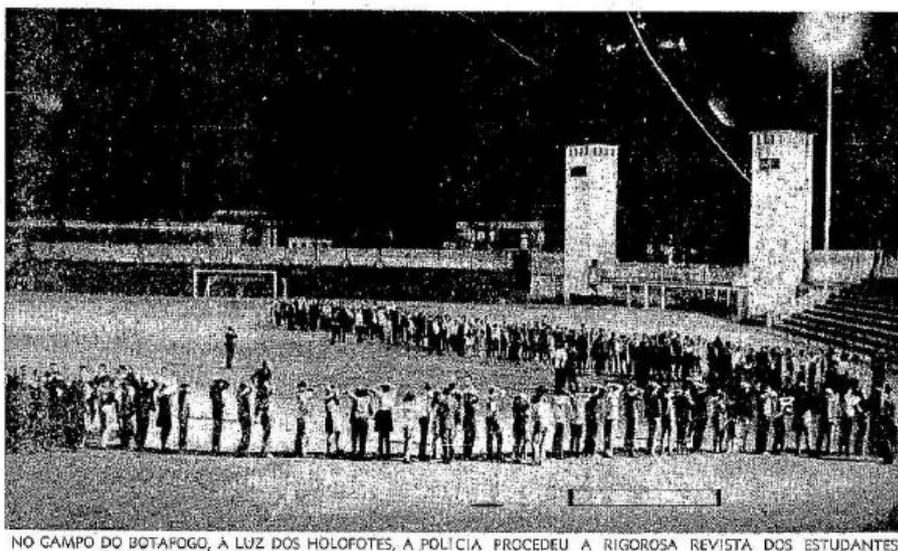
estudantes de todas as escolas, faculdades e institutos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com exceção da Escola de Educação Física, entravam em greve “contra a política educacional do governo, corte de verbas e atraso no pagamento dos professores” (*O GLOBO*, 5 jun. 1968, capa). Na mesma semana, um editorial d’*O Globo* falava em “Importação do ódio”, ao criticar jovens que, segundo a redação, desejavam “importar a ebulição francesa”. A opinião era agressiva: “O governo não pode recuar. Enfrente com decisão – e sem incentivar inúteis ‘diálogos’” (*O GLOBO*, 7 jun. 1968, capa). Como se cumprisse a ordem dada pelo jornal da família Marinho, alguns dias depois, Costa e Silva garantiu que não toleraria no Brasil o caos que parou a França (*O GLOBO*, 12 jun. 1968, capa). Na capa do dia 14 de junho, uma manchete afirmava que no Uruguai a “agitação estudantil” levou ao estado de sítio (*O GLOBO*, 14 jun. 1968, capa), a matéria apresentava a decisão extrema como uma solução necessária para conter os subversivos

A reta final do mês, e que interessa a este artigo, foi marcada por uma série de acontecimentos emblemáticos. Houve violência extrema, mas também houve esperança de tempos melhores. No dia 20, as autoridades ameaçavam: “Exército alerta os pais: não toleraremos mais provocações”, em alusão às manifestações. O impresso afirmava que no dia anterior “grupos de agitadores chegaram ao extremo de depredar uma viatura militar e incendiar outra, em pleno serviço”. Em nota, o comandante do I Exército, no Rio de Janeiro, fez “um apelo aos pais dos *verdadeiros* estudantes para que não permitam que seus filhos sirvam de escudo à desordem e à tentativa de implantar a anarquia” (*O GLOBO*, 20 jun. 1968, capa, grifo nosso). O jornal incluiu fotos da confusão, na qual a polícia teria se mostrado impotente para dominar os grupos “anarquistas”. O editorial completa o enquadramento dado aos protestos: reforça que a confusão não foi protagonizada por estudantes, e sim por adultos peritos. “O governo terá o apoio da Nação para liquidar no nascedouro esses alienados que pretendem importar o pior produto da pauta de exportação francesa: o caos” (*O GLOBO*, 20 jun. 1968, capa). A publicação, em nome do país, dava carta branca para o governo e cobrava atitudes contra os manifestantes.

A edição de 21 de junho não trouxe notícias melhores que as do dia anterior, pelo contrário. A quinta-feira, 20, mostrou que a polícia realmente estava disposta a tratar os estudantes da classe média cariocas como bandidos. A manchete principal d’*O Globo* expressa: “Estudantes deixam a reitoria e são dominados pela polícia”. Em um dia, a polícia é impotente frente à violência dos jovens, em outro, domina o “poder estudantil” (*O GLOBO*, 21 jun. 1968, capa). Em ambos os casos, a juventude armada de pedras e pedaços de pau

aparece em igual peso de combate que a polícia, preparada e armada para situações extremas. A foto que ilustra a capa é dos estudantes em fila, com as mãos na cabeça, no campo do Botafogo, com legenda informando que “a polícia procedeu a rigorosa revista dos estudantes”.

Figura 1 – Estudantes da UFRJ são rendidos pelas forças policiais



NO CAMPO DO BOTAFOGO, A LUZ DOS HOLOFOTES, A POLÍCIA PROCEDEU A RIGOROSA REVISTA DOS ESTUDANTES

Fonte: *O GLOBO* (21 jun. 1968, capa).

Nas páginas internas, os títulos explicam o acontecido: “Vice-reitor nega a ocupação e diz que professores não eram reféns” (p. 13); “Estudantes forçam Conselho ao Diálogo” (p. 14); “Assembleia Legislativa condena os agitadores”; “Os pais choravam junto ao portão”; “Cerca de trezentos presos” e “Agitação vem de Havana” (p. 15) (*O GLOBO*, 21 jun. 1968). Na primeira matéria, o vice-reitor narrava os acontecimentos, dizendo que houve diálogo espontâneo da parte dos professores e da reitoria com os alunos e que, quando finalizaram, os estudantes manifestaram medo de sair por causa da polícia que já cercava o local desde cedo. Ele teria ligado para a Secretaria de Segurança e para o governador, pedindo que a polícia fosse retirada e prometendo que os estudantes sairiam em ordem. Porém, horas depois, a polícia permanecia no local e os estudantes resolveram sair de qualquer maneira, assim, o vice-reitor e alguns professores saíram na frente, dando cobertura. A polícia, então, teria soltado bombas de gás lacrimogêneo, e ele retornou sozinho ao interior da universidade, após ver que os estudantes estavam se dissipando. No mesmo texto, há a informação de que o ministro da Justiça teria afirmado que o problema seria de exclusiva responsabilidade do governo do estado da Guanabara (*O GLOBO*, 21 jun. 1968, p. 13).

Apesar do testemunho do vice-reitor que estava presente no local, o jornal afirma que na madrugada “não havia mais dúvidas de que pelo menos uns 500 estudantes continuavam na sede da Reitoria”. Também contrariando a versão do vice-reitor, o veículo aponta que 21 professores universitários foram coagidos a permanecer oito horas sentados em uma tribuna improvisada “ouvindo invectivas às autoridades, ao sistema de ensino, às taxas escolares, sem faltar os ataques ao ‘colonialismo e imperialismo norte-americano’”. Afirma, ainda, que o público era de cerca de 1,6 mil estudantes e que grupos de rapazes estavam armados de paus envoltos em panos. Ao saírem do prédio, foram encurralados pela polícia e tentaram fugir, os que não conseguiram se abrigaram no campo do Botafogo, que foi cercado por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e da PM. “Os estudantes começam a ser presos, obrigados a deitar-se na grama, moças e rapazes, todos com as mãos sobre a nuca. Policiais deferem-lhes pisões nas costas, quase sempre na altura dos rins”. Os jovens foram revistados e levados para a Secretaria de Segurança (*O GLOBO*, 21 jun. 1968, p. 14). Na ação, foram presos mais de 200 rapazes e 70 moças, mas Vladimir Palmeira, líder estudantil procurado, conseguiu escapar. A justificativa para a violência policial vem em uma nota de título “Agitação vem de Havana”, a qual realça que as manifestações do Brasil teriam sido traçadas em Havana e fariam parte de um esquema de subversão na América Latina. As tentativas de perturbação teriam culminado, segundo o impresso, na morte de Edson Luís. “Como o cadáver de Edson Luís não rendesse os dividendos esperados, os mentores da agitação nacional apelaram para o terrorismo pirotécnico com a série de bombas” (*O GLOBO*, 21 jun. 1968, p. 15). As ocupações de universidades que aconteciam em diversas capitais também fariam parte desse esquema, segundo as autoridades militares. A “série de agitações” teria a finalidade de preparar psicologicamente a classe para o XXX Congresso Nacional da extinta UNE, a ser realizado entre junho e julho em Belo Horizonte, garante o periódico (*O GLOBO*, 21 jun. 1968, p. 15).

Se as autoridades acharam que a violenta ação na UFRJ faria os "subversivos" retrocederem, se enganaram. Àquela altura de 1968, a situação política estava tão tensa que dificilmente se resolveria sem algum grande acontecimento que levasse à abertura ou ao fechamento ainda maior do regime. Parte da população estava focada na primeira opção, e a cada ato extremo da polícia, mais civis simpatizavam com a causa dos jovens, mesmo que as páginas de *O Globo*, a partir de declarações oficiais, pintassem os participantes de "agitadores" e tentassem responsabilizar países comunistas pelo movimento. A sexta-feira, chamada de sangrenta, em 21 de junho, deixou claro que o caos estava longe do fim e o jornal

do dia seguinte já mostrava certa mudança no tom dos discursos das autoridades. Na capa da edição, maior que a manchete sobre a batalha entre manifestantes e polícia era a chamada: “Negrao: tolerância e boa fé para restaurar a ordem no Rio”, seguida de um texto que aborda o discurso, em tom conciliatório, do governador da Guanabara⁴, e também uma reunião em que o ministro da Justiça teria afirmado que o governo federal não via motivo para decretar estado de sítio na Guanabara, a não ser a pedido do governador (*O GLOBO*, 22 jun. 1968, capa).

A segunda manchete narra a sexta-feira sangrenta: “3º dia de agitação: 1 morto, 97 feridos”. Segundo o jornal, manifestantes “enfrentaram a repressão policial com grelhas de bueiros, pedras e pedaços de pau. Cerca de 400 prisões foram efetuadas” (*O GLOBO*, 22 jun. 1968, capa). Na batalha, morreu um soldado da PM atingido na cabeça por um balde lançado de um dos edifícios. “Sua morte deixa três crianças na orfandade” (*O GLOBO*, 22 jun. 1968, capa), frisa o veículo, o qual não humanizou da mesma forma as mortes do outro lado, nem mesmo a de Edson Luís. Na página 12, uma ilustração de jovens atirando pedras e provocando a polícia foi repetida 11 vezes, e na página 13, mais quatro vezes. A narrativa aborda a tática desenvolvida pelos manifestantes, chamando de “tentativa de operação de guerrilha urbana”: um grupo de estudantes foi mandado ao local de concentração como chamarisco até o momento em que um aluno subiu no poste e começou a discursar atraindo a atenção da PM, enquanto outros subgrupos com até 12 membros iam a diferentes direções. A manifestação passou por diversas ruas no centro do Rio de Janeiro aos gritos de “o povo organizado derruba a ditadura” e pedidos de Vladimir Palmeira para que nada fosse depredado. Às 12h25min teria iniciado a repressão policial com bombas de gás lacrimogêneo e tiros em manifestantes e transeuntes, a polícia “investiu indiscriminadamente contra agitadores e simples curiosos”. Em seguida, mais um discurso de Vladimir Palmeira, que declarou a passeata vitoriosa e “deu ordem para que os estudantes se dispersassem”, enquanto isso vários choques armados deixavam o quartel da polícia militar (*O GLOBO*, 22 jun. 1968, p. 12). A confusão continuou até tarde: a imprensa foi agredida, pessoas vaiaram os militares do alto dos prédios, enquanto esses davam tiros e jogavam bombas de gás em direção às janelas, pessoas que passavam pelo local foram agredidas violentamente, objetos foram jogados dos edifícios nos policiais e estudantes atiravam pedras no solo (*O GLOBO*, 22 jun. 1968).

⁴ Guanabara foi um estado do Brasil de 1960 a 1975, ocupando o território do atual município do Rio de Janeiro, onde centralizou-se a administração federal antes da construção de Brasília. Em 1968, apesar do Distrito Federal já funcionar em Brasília, parte do Governo Federal ficava em Guanabara.

Segundo o jornal, “a partir das 13 horas, *os estudantes remanescentes das manifestações ficaram à mercê de agitadores* que os instigavam a atos de vandalismo e a atacar a polícia e os soldados”. Foi feita uma barricada pelos manifestantes e o centro virou um “campo de batalha de quase dois quilômetros de ódio, nessa escalada de revanche” (*O GLOBO*, 22 jun. 1968, p. 12, grifo nosso). No balanço, o jornal conta apenas uma morte, a do PM, mas uma moça, Maria Alice Ribeiro, teria sido ferida com um tiro na cabeça, sendo levada para o quartel do 1º Batalhão da PM, onde teria morrido. O impresso destaca que até o fechamento da edição a morte dela não teria sido confirmada, ela não teria dado entrada nos hospitais do estado e nem seu corpo chegou ao Instituto Médico Legal.

Em declaração, a polícia afirmou que, na “guerrilha urbana”, atuaram quatro grandes grupos de agitadores, que teriam planejado a ação tática durante ocupação da Reitoria da UFRJ. Para conter os grupos, bombas de gás lacrimogêneo teriam sido lançadas até de helicóptero. Jornalistas d'*O Globo* teriam visto o momento em que um disparo foi feito de um dos edifícios e acertou uma viatura policial, que estava vazia no momento, corroborando o discurso de que a ação era coordenada por “agitadores profissionais”. O editorial dessa data compara os acontecimentos do campo do Botafogo e do centro da cidade, dizendo que em ambos “a polícia agiu com exagerada violência e despreparo para a missão; e as apelidadas lideranças estudantis armaram a confusão e fugiram, deixando ao abandono aqueles que lançaram ao fogo”. Declara, também, que “Os verdadeiros estudantes, especialmente os universitários, devem iniciar uma campanha de liquidação das torpes lideranças, verdadeiramente criminosas” (*O GLOBO*, 22 jun. 1968, p. 13).

No dia 24 de junho, os desdobramentos dos últimos eventos permaneciam em pauta no *O Globo*. Na capa, uma foto de uma mulher com duas crianças apresenta a esposa (grávida) e as duas filhas do PM morto “por um assassino covarde e anônimo quando cumpria o seu dever de soldado” na sexta-feira sangrenta.

As órfãs da inominável crueldade, que roubou a vida de um modesto soldado e pai de família, são o exemplo pungente das consequências trágicas que agitação solta nas ruas ainda pode vir a provocar, se não forem ouvidos os apelos à paz social indispensável para o atendimento de todas as

Outra manchete evidencia que os “agitadores” Vladimir Palmeira, Dirceu Régis e Elinor Brito viajaram para São Paulo para participar de manifestações. Na matéria sobre a sexta-feira sangrenta no dia anterior (*O GLOBO*, 22 jun. 1968, p. 12), Vladimir é citado várias vezes, em todas elas o texto diz que ele pedia para os manifestantes não depredarem o patrimônio ou responderem com violência, e mesmo assim o jornal o chama de agitador. Esse

texto sobre São Paulo mencionava planos terroristas, dos quais a Secretaria de Segurança do Estado estaria a par. Que haveria um “comitê terrorista composto de agentes das diversas correntes subversivas e de alguns políticos cassados, na quase totalidade alheios aos meios estudantis” e que o plano teria iniciado com “o furto de armas do Hospital Militar de São Paulo”. Ainda, afirmava que a maioria dos estudantes se propôs a realizar uma passeata em ordem, mas “o grupo terrorista mencionado tenciona impedir que isso ocorra, aproveitando-se do movimento universitário para deflagrar onda de agitação generalizada” (*O GLOBO*, 24 jun. 1968, capa). Nessa temida manifestação, segundo o impresso, “a violência verbal e os coquetéis ‘Molotov’ tiveram livre curso”, no centro da cidade na hora de maior movimento. Coquetéis e foguetes partiram vidraças, pedras foram lançadas na sede do jornal *O Estado de São Paulo*, mas a polícia optou por não “conter os agitadores” (*O GLOBO*, 25 jun. 1968, capa).

Mantendo o discurso conciliador, após negociação, o governador da Guanabara, Negrão de Lima, legalizou uma passeata que ocorreria no dia 26 de junho, mas afirmou que manteria o exército de prontidão para intervir se fosse preciso. Costa e Silva havia declarado que as forças armadas ajudariam a manter a ordem pública nos estados cujos governadores considerassem ter esgotado todos os recursos. Apesar disso, o executivo federal também tentava mostrar que estava disposto a ouvir os “verdadeiros estudantes”. Em pronunciamento através de cadeia de rádio e TV, o ministro da Educação, Tarso Dutra, afirmou que os estudantes estavam no centro das preocupações governamentais e seriam chamados a contribuir na reforma do ensino superior (*O GLOBO*, 26 jun. 1968).

No dia 27 de junho, dia seguinte à Passeata dos Cem Mil, evento em que as autoridades recuaram com a repressão, a capa de *O Globo* mostra uma multidão em uma manifestação pacífica. O jornal informa que a “passeata sem incidentes” juntou diferentes segmentos e durou seis horas, tempo em que os “manifestantes tiveram plena liberdade de ação e corresponderam ao apelo das autoridades”. Ilustra a capa, a foto de uma multidão com a legenda: “Milhares de manifestantes ouviram Vladimir Palmeira (em pé sobre uma camioneta na Candelária)” (*O GLOBO*, 27 jun. 1968, capa). Um extenso texto na página 18 (*O GLOBO*, 27 jun. 1968) aborda em detalhes o dia que ficaria marcado na história do país. Informa que havia cerca de 50 mil pessoas, entre estudantes, professores, pais, artistas, deputados, além de 150 padres, e que houve disputa de *slogans* entre os participantes, mas a grande maioria dos discursos pedia a derrubada do regime, além de exaltar Che Guevara e criticar a Guerra do Vietnã. O impresso narra que “um jovem formulava protesto contra um

matutino que teria negado a condição de estudante de Edson Luís”, sem desculpar-se por ter feito o mesmo em meados de abril.

Mas a principal atração para o jornal, dentre os milhares de participantes, foi, sem dúvidas, Vladimir Palmeira, citado em diversos momentos do texto, além de ganhar destaque em fotos na capa e na página 18. É perceptível a tentativa do veículo de criar uma persona para o líder estudantil que vai contra os princípios comunistas dos movimentos de esquerda da época. O impresso contou que Palmeira chegou com uma guarda de segurança e falou por cerca de 20 minutos para uma audiência silenciosa. Muitos trechos da fala dele foram transcritos, inclusive quando enfatizou que a manifestação não foi dada pelo governo, e sim conquistada com muita luta. O jornal relata que a esposa de Palmeira estava presente, protegida pela “guarda pessoal de seu marido” e que ele “reclamava também das pessoas que tentavam aproximar-se dele, inclusive uma senhora idosa que fora a beijar-lhe as mãos. O corpo de segurança tinha dificuldade de manter o cerco em seu chefe”. O líder estudantil pediu que “fosse designada uma comissão para obter [...] a liberação dos presos e o encaminhamento das reivindicações dos estudantes”, sendo indicados um professor, um intelectual, um padre e uma mãe, além dos presidentes dos diretórios acadêmicos. Queimando uma bandeira de papel dos Estados Unidos, Palmeira “convocou os estudantes para uma assembleia” e pediu a todos que voltassem em tranquilidade para suas casas (*O GLOBO*, 27 jun. 1968, p. 18). Por fim, o veículo dá o número das placas dos carros que Palmeiras usou para sair, escapando da polícia, como se esperasse que alguém denunciasse o paradeiro do jovem. A narrativa menciona, ainda, que o DOPS teria recebido a manifestação com apreensão e preocupou-se com a participação de Vladimir Palmeira, que vinha sendo procurado pelo departamento e que poderia ter sido preso pela polícia durante suas falas. A PM teria rebatido que “não entrou no jogo de Vladimir Palmeira”, pois “eles objetivaram exatamente provocar uma reação da polícia”, e que ele era “figura inexpressiva”, que poderia ser preso no momento oportuno (*O GLOBO*, 27 jun. 1968, p. 12).

Negrão, que havia autorizado a manifestação, anunciava sua satisfação com a maneira em que ela ocorreu, expressando: “a cidade está de parabéns” (*O GLOBO*, 27 jun. 1968, p. 18). O presidente também teria gostado do resultado. Já o secretário de Segurança, general Luiz de França Oliveira, “atribuiu o desfecho pacífico do movimento estudantil ao santo, ao qual pedira em suas orações, maior concordância entre as autoridades e os estudantes” (*O GLOBO*, 27 jun. 1968, p. 12). Apesar das declarações, o editorial de *O Globo* (27 jun. 1968, capa) coloca “lenha na fogueira”, ao afirmar que o Governo e a Revolução sofreram

"considerável derrota", uma vez que não apenas "subversivos", mas muitos outros aderiram à manifestação, e que "o caráter ordeiro da passeata poderá levar os moderados para o lado da oposição". Para o impresso, o governo estava enfraquecido e deveria reconhecer isso para conseguir enfrentar as dificuldades. Ele cita três crises enfrentadas: política, com a crise demonstrada no tema das sublegenda, projeto governamental que propunha três subpartidos em cada um dos dois partidos autorizados; religiosa, chegando ao ponto de um padre belga pedir a derrubada do governo; e educacional, na qual, embora as autoridades tenham trabalhado, não souberam identificar o "olho do tufão". O jornal aponta desunião no governo, mas no sentido de ajudá-lo a resolver a situação, ao invés de ser contra como os mais de 50 mil participantes da manifestação, ele quer que o governo seja duro, não supere a crise pela paz ou abertura política, mas fortalecendo a "Revolução".

No dia 27, São Paulo também foi notícia no jornal *O Globo*. Enquanto milhares iam às ruas no Rio, na capital paulista cerca de 800 alunos participaram de assembleia-geral na Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, em que definiram duas frentes que o movimento prosseguiria: realização de seminários e simpósios sobre a reestruturação universitária e continuidade das formas de luta que visavam a denúncia e a propaganda política (*O GLOBO*, 27 jun. 1968, p. 13). Na capa do veículo, a manchete "Agitador mata em São Paulo" noticia que um "líder sindical dos metalúrgicos com várias passagens pelo DOPS", ao ser "repudiado pelos universitários, durante comício, [...] quando tentava insuflá-los a promover passeata e quebra-quebra", atirou e matou um comerciante, tentou fugir, mas foi preso (*O GLOBO*, 27 jun. 1968, capa). A matéria exemplifica o que o jornal se refere quando fala em "agitadores", relacionando um caso deslocado (e mal contado) aos opositores do regime. Também em São Paulo, "novo atentado", no qual indivíduos não identificados metralharam os muros do Quartel-General do II Exército. "Na noite anterior, uma camioneta, com grande carga de dinamite, explodira de encontro ao muro do QG, causando a morte de um soldado e ferimentos em outros quatro". Sobre o caso, o Comandante do II Exército disse que a ação foi obra dos "inimigos do Brasil, dos antidemocratas, dos comunistas de todas as linhas, que só sabem manter diálogo à dinamite" (*O GLOBO*, 27 jun. 1968, capa). Hoje há provas de que o comandante se equivocou, e que o jornal se precipitou ao publicar tantas declarações como essa sem contraponto, os documentos analisados pela reportagem da Agência Pública (QUADROS, 2018) comprovam que esse ataque foi um dos executados pela extrema-direita. O mesmo vale para uma notícia do dia 29 de junho (capa), a qual afirma que dinamite foi roubada de pedreira por "agitadores".

Na edição de 27 de junho, recheada de novidades, uma nos chama a atenção. Em uma pequena nota o jornal informa que o Congresso Nacional reuniu-se para discutir um projeto de emenda constitucional, de autoria do senador Lino de Matos, que visava instituir o sufrágio direto para presidente e vice-presidente da República, sem mais detalhes (*O GLOBO*, 27 jun. 1968, p. 12). Junho foi um mês de pressão nas ruas, pressão no Legislativo, pressão até da extrema-direita, o que incentivaria Costa e Silva a tomar uma atitude mais dura em breve.

Considerações finais

Após o entranhamento em *O Globo*, narramos, na seção de análise, a sucessão de manifestações estudantis que ocorreram em junho de 1968 a partir da cobertura jornalística. No Brasil, os movimentos que marcaram 1968 foram protagonizados por estudantes que assistiam à progressiva perda de direitos e ao fechamento político. A narrativa do veículo marginaliza a resistência e nega o protagonismo e a autonomia dos jovens envolvidos. O imaginário do perigo comunista é onipresente no discurso. Muitos dos acontecimentos são justificados ou atenuados a partir desse imaginário, que também é relacionado a uma ideia de influências soviética e cubana sobre os estudantes do país e do mundo. A resistência é chamada de “agitação” e, segundo o impresso, era importada da França, de Cuba ou qualquer outro país. O imaginário é de que a organização civil tem como objetivo a barbárie e que quem participa luta contra a nação brasileira.

Em diversas passagens, é negada aos líderes das manifestações a posição de alunos. Quem se levanta contra o regime imposto não é nada além de subversivo ou agitador profissional. De forma semelhante, na ocasião da Sexta-feira Sangrenta, os demais civis que tomaram o partido dos estudantes e jogaram objetos pelas janelas foram taxados de “adultos peritos”. Quando é citado o apoio popular aos jovens, o jornal o faz em forma de crítica ao governo que estaria perdendo forças e deveria “liquidar no nascedouro esses alienados”. Quando a manifestação permanece pacífica, como no caso da Passeata dos Cem Mil, até o santo que recebe orações das autoridades tem mais mérito do que as lideranças.

Assim como Daniel Cohn-Bendit foi eleito pelos meios de comunicação da França para ser a cara dos rebeldes franceses, aqui, o protagonista escolhido foi Vladimir Palmeira. O líder estudantil foi um personagem recorrente na narrativa jornalística analisada e os discursos sobre ele são contraditórios. *O Globo* o chama de agitador, mas, nas coberturas de protesto, os discursos dele citados sempre pediam que os manifestantes não depredassem os prédios e patrimônios públicos. O imaginário de Palmeira como cabeça do movimento é

acessado com nitidez na reportagem sobre a Marcha dos Cem Mil, na qual ele ganha, inclusive, dois intertítulos: “líder” e “Vladimir em Frases”. Sua imagem está em fotos na capa e no interior da edição. Apesar de vários participantes discursarem na ocasião, o pronunciamento dele ganha maior destaque, sendo transcrito quase por inteiro. O veículo o apresenta como intocável, diz que chegou cercado de seguranças e que reclamava das pessoas que tentavam se aproximar. Esse sentido se opõe ao que Palmeira pregou em sua fala: o uso de “nós” e “nosso”, a “união e organização do povo”, e que todos os manifestantes seriam “protegidos como lideranças”. Os imaginários de rebeldia, subversão e hipocrisia cercam o estudante.

Na cobertura das manifestações, a violência policial é atenuada ao serem colocadas em um mesmo patamar a força repressiva e a força estudantil. O paralelo é feito sempre que falas oficiais justificam as agressões pela presença de um grande número de manifestantes, quando o uso de paus e pedras é comparado ao de gás lacrimogênio e armas de fogo e, ainda, quando se fala de armamentos e munições encontradas com a esquerda. Vemos ainda hoje esse tipo de argumento, legitimado pela Lei da Anistia⁵, como quando comparam as ações da resistência armada às dos torturadores durante o período de ditadura militar.

Por fim, as reportagens distanciam o Estado Federal do caos político. No Rio de Janeiro, a responsabilidade pelas revoltas e pela repressão violenta era exclusivamente do governador. No lugar de questionar a polícia e o governo militar, tanto nos editoriais quanto nos espaços noticiosos, é demandada maior energia na repressão. A resistência, ou melhor, a agitação deveria ser contida, mesmo que a custo do que restava da liberdade da população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. 1968a. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 5 jun. 2018

BRASIL. **Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. 1979. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em: 5 jun. 2018.

⁵ Promulgada em 1979, pelo presidente militar João Figueiredo, A Lei n. 6.683 concedeu anistia a todos que cometeram crimes políticos entre setembro de 1961 e agosto de 1979 (BRASIL, 1979).

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. 14. ed. São Paulo: Ortiz, 2009.

MAFFESOLI, Michel. “O imaginário é uma realidade” (entrevista a Juremir Machado da Silva). **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 15, p. 74-82, ago. 2011

MORIN, Edgar. **O método 3**. O conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MÜLLER, Luana Chinazzo. **Conjuntura política brasileira em 1968**: o real e o imaginário na narrativa jornalística de O Globo. 2019. 168 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

O GLOBO. Rio de Janeiro, ano XLIII, n. 12.905, 4 jun. 1968.

O GLOBO. Rio de Janeiro, ano XLIII, n. 12.906, 5 jun. 1968.

O GLOBO. Rio de Janeiro, ano XLIII, n. 12.908, 7 jun. 1968.

O GLOBO. Rio de Janeiro, ano XLIII, n. 12.912, 12 jun. 1968.

O GLOBO. Rio de Janeiro, ano XLIII, n. 12.914, 14 jun. 1968.

O GLOBO. Rio de Janeiro, ano XLIII, n. 12.919, 20 jun. 1968.

O GLOBO. Rio de Janeiro, ano XLIII, n. 12.921, 22 jun. 1968.

O GLOBO. Rio de Janeiro, ano XLIII, n. 12.922, 24 jun. 1968.

O GLOBO. Rio de Janeiro, ano XLIII, n. 12.923, 25 jun. 1968.

O GLOBO. Rio de Janeiro, ano XLIII, n. 12.924, 26 jun. 1968.

O GLOBO. Rio de Janeiro, ano XLIII, n. 12.925, 27 jun. 1968.

O GLOBO. Rio de Janeiro, ano XLIII, n. 12.927, 29 jun. 1968.

QUADROS, Vasconcelos. Atentados de direita fomentaram AI-5. **Pública**, Agência de Jornalismo Investigativo, São Paulo, 1 out. 2018.

SILVA, Juremir Machado da. **As tecnologias do Imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SILVA, Juremir Machado da. **O que pesquisar quer dizer?** Porto Alegre: Sulina, 2010.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.